

O EURO-TROPICALISTA JOAQUIM NABUCO

Francisco de Assis Barbosa
Historiador

Massangana é palavra chave para a compreensão de Joaquim Nabuco, na sua múltipla e fascinante participação na história da inteligência brasileira, como orador e publicista, político e diplomata, historiador e memorialista, mas sobretudo escritor dos mais admiráveis da literatura luso-brasileira, embora não um escritor castiço. Sua prosa está deliberadamente mesclada de galicismos, anglicismos e brasileirismos. E possui uma eurritmia afrancesada, à maneira de seu mestre Ernest Renan. Mas a claridade do estilo é ao mesmo tempo mediterrânea e tropical. Em toda a produção literária de Nabuco, que parece trabalhada, nos melhores momentos, pelo cinzel de um escultor, as páginas de Massangana repontam como um raio de sol sobre o mármore do artista europeizado de formação e mentalidade greco-romana. É através dessa luz do engenho pernambucano que se pode talvez decifrar o enigma do grande homem, a quem tanto amamos, menos pelo seu figurino vitoriano ou pela sua eloquência aristocrática, muito mais pelos ideais de justiça social que assumiu e defendeu, desprendendo-se do modelo europeu, com um assomo bem tropical de brasileiro possuído de uma autêntica consciência democrática e nacionalista.

Pertence Nabuco a uma plêiade de homens públicos, marcados pelo sistema parlamentarista de feição anglo-francesa, deputados e jornalistas que se empenharam em movimentos decisivos de nosso destino político, na fase final do Império, e desses movimentos o maior e o mais importante foi o abolicionismo, quando a sua figura olímpica se agiganta como a de um gla-

diador sem rival. A República seria a confluência inevitável do entrelaço dos afluentes do liberalismo brasileiro, até que as águas impetuosas do debate político encontrassem o desaguadouro no rio da História, na dramática procura da identificação dos problemas nacionais.

Confluência/massangana. . . façamos uma pausa. Reparem que essas duas palavras querem dizer a mesma coisa: a primeira européia, latina; a segunda tropical, africana. Confluência é precisamente o significado em quimbundo e também em cafre-tetense de *massangano*, assim mesmo no masculino, consoante a lição do sábio Antenor Nascentes. Era este o nome do engenho de Pernambuco, grafado com "o", nos registros de cartório, escrituras e certidões. Massangano é como escreveu Nabuco na primitiva versão, "com sua letra clara e elegante, e repetida várias vezes ao longo do manuscrito", como pôde verificar Alceu Amoroso Lima, ao compulsar os originais. Massangano, e não massangana. Um erro tipográfico — hipótese ainda a ser definitivamente glosada — fez trocar a última letra, operando a mudança de gênero gramatical para o feminino *massangana*. Qual a interferência de Nabuco nessa metamorfose? Se deixou escapar a *gralha*, na edição *princeps* de *Minha formação*, jamais se preocupou em corrigi-la. Deixou ficar. E a palavra, com o tempo, adquiriu a sua configuração feminina, e acabou sendo assim incorporada à mitologia de Nabuco, às suas recordações de infância, ao engenho e à sua madrinha dona Ana Rosa Falcão de Carvalho, à mãe preta que o amamentou nos primeiros meses de sua existência, aos meninos negros que foram seus companheiros de brinquedos e de escola, ao escravo fugitivo que se ajoelhou aos seus pés, pedindo que o salvasse, que sua Madrinha o comprasse ao senhor desalmado que o castigava.

Mudando de "sexo", massangana passou em suma a simbolizar a "escravidão da infância" de Joaquim Nabuco, sombra e imagem da casa grande e da senzala, "o grande pombal negro ao lado da casa de morada", "a residência do senhor, olhando para os edifícios da moagem, e tendo por trás, em uma ondulação do terreno, a capela sob a invocação de São Mateus". No engenho, o pequeno Nabuco era tratado como o 'herdeiro presuntivo' daqueles domínios que sabia pertencer à sua Madrinha, que o criou como filho até os oito anos de idade. "Minha Madrinha — conta Nabuco — ocupava sempre a cabeceira de uma grande mesa de trabalho, onde jogava cartas, dava a tarefa para a costura e para as rendas a um numeroso pessoal, provava o ponto dos doces, examinava as tisanas para a enfermaria defronte, distribuía as peças de prata aos seus afilhados e protegidos, recebia os amigos que vinham todas as semanas atraídos pelos regalos de sua mesa e da sua hospitalidade, sempre rodeada, adorada por toda a gente, fingindo um ar severo que

não enganava a ninguém quando era preciso repreender alguma mucama que deixava amiúde os bilros e a almofada para chalrear no gineceu ou algum morador perdulário que recorria demasiado à sua bolsa”.

No perfil de dona Ana Rosa, debuxado pelo afilhado na idade madura, a uma distância de trinta e seis anos, Nabuco transfigura-a numa “velha santa”, para os “rendeiros, os empregados, os pobres, toda a *gens* que ela sustentava, a que fazia a distribuição diária de rações, de socorros, de remédios”. . . . “Ela era de grande corpulência, inválida, caminhando com dificuldade, constantemente assentada, — em um largo banco de couro que transportavam de peça em peça da casa, — ao lado da janela que deitava para a praça do engenho, e onde ficava a estrebaria, o curral e a pequena casa edificada para o meu mestre e que me servia de escola”. . . . No retrato dessa extraordinária matriarca pernambucana da Zona da Mata, o afilhado na verdade não via apenas a “velha santa”, mas uma soberana, com traços da rainha Vitória ou da princesa Isabel, vultos de mulher que Nabuco se acostumara a admirar, ao longo da sua carreira de diplomata e de político, mulheres que deveriam complementar, para ele, como dona Ana Rosa, o amor materno. Massangana será por isso mesmo uma fixação permanente, na sua memória, o seu “Paraíso Perdido”, sublimado em sentido inverso na “ilha de Cipango” de Augusto dos Anjos ou no “reino de Pasárgada” de Manuel Bandeira, na busca da felicidade jamais alcançada.

A nostalgia da “escravidão infantil” devolvia, por outro lado, a Joaquim Nabuco dos 40 para os 50 anos, a par de um sentimento de gratidão à raça negra, uma imagem retrospectiva cheia de encanto e suavidade da ignóbil instituição que havia combatido. “Tal como a pressenti, em torno de mim, — volto a citar — ela [a escravidão] conserva-se em minha recordação como um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo, alguma coisa parecida com a dedicação do animal, que nunca se altera, porque o fermento da desigualdade não pode penetrar nela. Também eu receio que essa espécie particular de escravidão tenha existido somente em propriedades muito antigas, administradas durante gerações seguidas com o mesmo espírito de humanidade, e onde uma longa hereditariedade de relações fixas entre o senhor e os escravos tivesse feito de um e outros uma espécie de tribo patriarcal isolada do mundo. Tal aproximação entre situações tão desiguais perante a lei seria impossível nas novas e ricas fazendas do Sul, onde o escravo desconhecido do proprietário era somente um instrumento da colheita. Os engenhos do Norte eram pela maior parte pobres explorações industriais, existiam apenas para a conservação do estado do senhor, cuja importância e posição avaliava-se pelo número de escravos. Assim também encontrava-se ali, com uma aristocracia de maneiras que o tempo

apagou, um pudor, um resguardo em questões de lucro, próprio das classes que não traficam”.

Há nessas linhas reveladoras o fio da meada da sofrida catarse de Joaquim Nabuco, ao preparar quase simultaneamente a versão definitiva da biografia paterna e da sua própria autobiografia. Tudo começa com a purgação da “escravidão da infância”. Massangana é, com efeito, o primeiro capítulo de um manuscrito de 1893, cujos originais se encontram nos arquivos da família, no Palácio Itamaraty, com a anotação do próprio punho de Nabuco: “original meu”. Escrito em francês, só virá a lume em 1971, 82 anos depois, sob o título *Foi voulue – mysterium fidei*. Nabuco havia publicado na mocidade vários trabalhos em prosa e verso, escritos diretamente na língua francesa. “A minha frase – são palavras suas – é uma tradução livre, e nada seria mais fácil do que vertê-la para o francês do qual ela procede”. Foi o que fez com Massangana, não de imediato, mas após um período de decantação, já concluída a biografia paterna, cuja redação teve início em 1894 e se prolonga até 1898. Os três volumes da primeira edição de *Um Estadista do Império* aparecem respectivamente em novembro de 1897, agosto de 1898 e abril de 1899. *Minha formação* é de 1900. Massangana, na sua versão portuguesa, não será o primeiro, mas o capítulo XX da sua autobiografia, com a seguinte explicação do autor ao pé da página: “A razão que me fez não começar pelos anos da infância foi que estas páginas tiveram, ao serem primeiro publicadas, : feição política que foram gradualmente perdendo, porque já ao escrevê-las diminuía para mim o interesse, a sedução política. A primeira idéia fora contar minha formação monárquica; depois, alargando o assunto, minha formação político-literária ou literário-política; por último, desenvolvendo-o sempre, minha formação humana, de modo que o livro confinasse com outro, que eu havia escrito antes sobre minha reversão religiosa. É deste livro, de caráter mais íntimo, composto em francês, há sete anos, que traduzo este capítulo para explicar a referência feita às minhas primeiras relações com os escravos”.⁶

O capítulo sobre Renan é mais extenso no original em francês. Na composição de *Minha formação*, aparecem com frequência trechos mais ou menos longos do seu “Diário”, ainda inédito, utilizado em parte por seus biógrafos, Carolina Nabuco e Luis Viana Filho, sem falar nos cadernos de apontamentos e notas de leitura. Faltam ainda as cartas, nem todas reunidas em livros. Muitas se perderam. Outras foram destruídas, como as dirigidas a Eufrásia Teixeira Leite. Da correspondência passiva com a bela fluminense, herdeira de uma família de opulentos fazendeiros de café do Vale do Paraíba, e que foi a primeira noiva de Nabuco, valeu-se Luis Viana Filho para revelar um episódio do maior interesse biográfico: a recusa do jovem deputado de

aceitar um empréstimo para custear a sua campanha eleitoral, não a de 1884, com José Mariano, quando dona Olegarinha empenhou as suas jóias, mas a de 1886, na qual Nabuco seria derrotado por Manuel do Nascimento Machado Portela, só vindo a ocupar a cadeira após a investidura de seu adversário no Ministério do Império (1887).

A elaboração de *Minha formação*, como vimos, obedeceu a um planejamento demorado e cuidadoso, o que bem reflete o espírito e a disciplina do escritor. Ao contrário de muitas figuras representativas da sua geração, Joaquim Nabuco não foi um autodidata. Machado de Assis, nascido em 1839, só frequentou a escola primária. Capistrano de Abreu, de 1853, chegou a completar o que então se chamava curso de Humanidades e mais tarde preparatórios. Poderia enumerar outros exemplos de talentos superiores, homens de origem humilde, sempre com um livro na mão, e que construíram sozinhos o único tesouro que não tem preço. Bastam os dois exemplos: Machado, dez anos mais velho, filho de um pintor de paredes; Capistrano, quatro anos mais moço, de uma família plebéia de sitiantes do Ceará. Ambos souberam superar as deficiências de educação na primeira infância, lutaram contra a pobreza e venceram preconceitos, vieram lá de baixo para a escalada na sociedade, afirmando-se entre as mais altas expressões da cultura de nosso povo.

Com Nabuco, tudo foi diferente. Nasceria em 1849, num sobrado afidalgado do Recife, um ano depois da Revolução Praieira, quando se inaugura o parlamentarismo imperial e o reinado de D. Pedro II começa a estabilizar-se para afinal adquirir a sua fisionomia ao mesmo tempo liberal e conservadora com a política de conciliação, da qual o pai, o terceiro senador Nabuco de Araújo, seria um dos prosélitos. Era um aristocrata, na medida em que a palavra se encaixa na sociedade brasileira da época. Pelo lado materno, era um Paes Barreto, ricos proprietários de engenho de açúcar, encastelados no morgadio do Cabo, desde os primeiros anos da Capitania de Pernambuco. Pelo lado paterno, membro nato da oligarquia política, havia de ser o quarto representante de uma família de magistrados e burocratas no parlamento brasileiro, o que não acontecera até sua primeira eleição de deputado geral (1878) com nenhuma outra. Nem com os Andradas.

A educação de Nabuco teve por isso mesmo uma orientação predeterminada — a vida pública. Foi uma educação de príncipe. Na primeira infância, o pai escolhera para seu preceptor o barão de Tautphoeus, José Herman de Tautphoeus (1810-1890), de notável saber. O mestre afeiçoou-se ao menino de oito anos, acompanhando-o do colégio de Nova Friburgo ao Pedro II, e pela vida afora, pois há de persistir entre ambos uma afinidade de tal modo

revestida de afeto e admiração que Nabuco comparou-a à de Sócrates e Alcibíades. "Nunca tive aluno de tanta inteligência", disse uma vez Tautphoeus em carta ao Senador Nabuco. "Era um homem que sabia tudo", respondeu mais tarde o discípulo, no seu famoso livro de memórias, numa página que Graça Aranha considerou superior ao capítulo sobre Massangana.

Para a biografia póstuma de Nabuco, são duas peças que se fundem, sem esquecer o capítulo sobre Renan, de igual vigor e intensidade, pelas confissões que encerra, fundamentais para uma tentativa de recomposição de imagens às vezes contraditórias de uma mesma personalidade. Os anos da infância marcaram fundamentalmente o grande escritor. Suas recordações do engenho constituem a peça de resistência e mais do que tudo são essenciais para a compreensão de Nabuco, no seu narcisismo intelectual e na sua ambivalência euro-tropical. A chave de tudo está primeiro em Massangana, na exaltação da natureza tropical, na descrição da vida do engenho, a ondulação dos canaviais, ingás carregados de musgos e cipós, pescarias dos negros e agregados, o declinar do sol em uma poeira de ouro, a boca da noite, hora das boninas e dos bacuraus, os tachos de cobre, o aroma do mel, tudo isso que parece uma antecipação literária da explosão tropical dos melhores quadros de Cícero Dias e que Nabuco, em nota desafinada, mas reveladora do que há pouco chamei de ambivalência euro-tropical, equipara a uma paisagem de Millet. Na velhice, de volta aos Estados Unidos, a última visão da terra natal, quando o navio bordeja a costa pernambucana, ao contemplar a orla branca das praias e as colinas verdes, o ocaso que flameja sobre Olinda, o que lhe ocorre é a comparação com uma pintura de Turner.

A estrutura mental de Nabuco é, pois, toda européia, greco-romana, mais grega do que romana, como já foi lembrado por Alceu Amoroso Lima. Européia, greco-romana, como a do Senador Nabuco, da primeira geração dos bacharéis de Olinda e que jamais sairia do Brasil, vivendo o seu exílio subjetivo (a expressão agora é de Euclides da Cunha) na própria pátria, que desejara à imagem e semelhança de uma monarquia à inglesa. Européia e greco-romana era também a mentalidade de Tautphoeus, esse erudito da Baviera, que tanto amou o Brasil, de quem, segundo Nabuco, partiu talvez o único grito de "Viva a Constituição do Império!", no dia 15 de novembro, ao assistir ao desfilar da tropa do Marechal Deodoro na Rua do Ouvidor.

Tautphoeus, no entanto, influenciou decisivamente para que Joaquim Nabuco tivesse uma visão mais brasileira do Brasil, o que veio abalar o cosmopolitismo do jovem escritor. "Tautphoeus — depõe Nabuco — foi sempre um apaixonado da nossa natureza. A madrugada, a distância não eram impedimentos para ele, tratando-se de um nascer do sol, um efeito de

mar, um fio de água, descendo pela pedra, um jequitibá escondido na mata virgem". . . "Quantas outras vezes, de dia, ao passearmos pela mata, ao lado da casa, quando se ia abrindo caminhos para passarmos, não me pedia ele que não tocasse na natureza, que respeitasse o intrincado, o selvático, o inesperado de tudo aquilo, porque aquela desordem era infinitamente superior ao que a arte pudesse tentar". . . "Esse perene embevecimento de Tautphoeus — prossegue ainda Nabuco — foi uma das influências que desenvolveram em mim o gosto, o encanto, ainda que da minha parte puramente sentimental e ingênuo, que o contacto de nosso país tem hoje para mim". . .

São muitos os europeus que se tropicalizaram, como Tautphoeus. Outros, não. A repulsa de Gobineau é das mais ilustrativas, no sentido contrário. Depois de ter exercido missões diplomáticas na Pérsia e na Grécia, cujas civilizações estudou apaixonadamente, o diplomata acabou sendo transferido a contragosto para o Brasil, que julgava ser o túmulo da sua carreira. Nas suas impressões do Rio de Janeiro, através de cartas dirigidas à família e outros escritos, nos anos de 1869 e 1870, — para ser mais preciso, de março de 1869 a março de 1870, — não fez outra coisa que lamentar-se não só do calor, dos mosquitos, do medo de contrair febres contagiosas e até do receio de ser assassinado por um negro, muito embora quase ninguém soubesse, a não ser talvez o imperador, da existência do seu famoso livro *L'Essai sur l'inégalité des races humaines* (1854-1858). Mostrava-se Gobineau especialmente desolado pela ausência de perspectiva histórica diante do grandioso cenário da Guanabara. É de certo modo o mesmo mal-estar de Nabuco, antes da sua descoberta de si mesmo. "As paisagens todas do Novo Mundo, a floresta amazônica ou os pampas argentinos, não valem para mim — está em *Minha formação* — um trecho da Via Appia, uma volta da estrada de Salerno, um pedaço do cais do Sena à sombra do velho Louvre".

A resposta a Gobineau, e por tabela a Nabuco, quem a dá é um tropicalista brasileiro, filho de imigrantes alemães, sem uma gota sequer de sangue nativo. Refiro-me a Augusto Meyer e ao magistral ensaio "Gobineau e a paisagem inédita". Se o Conde de Gobineau nada via além da paisagem diante da baía de Guanabara, "a culpa era dele, da sua incuriosidade pela história americana, se não soube animar aquela orgia de rochas e matas e praias com tanto fantasma que bem conhecemos. Não há paisagem que não deite raiz no passado e não respire de algum modo história. Às vezes, só história geológica, se quiserem, quando campeia em plena força a natureza virgem. Mas o tempo e a memória dos homens impregnam quase sempre as coisas de uma névoa do passado e evocação que as transfigura não sei de que toques de magia. Torna-se transparente qualquer paisagem, aos olhos de quem recorda ou tenta reconstituir os seus aspectos anteriores. E um país, uma cidade, uma rua,

começam a desandar para as suas feições primitivas, a desmanchar-se, recompondo-se noutra ordem de planos, quando se projeta no seu passado a luz da fantasia histórica”.

Augusto Meyer figura por sinal entre os grandes nomes da nossa literatura que, descendendo embora de europeus, imprimiram um sentimento profundamente brasileiro à sua obra. Como Alfredo de Taunay, contemporâneo de Nabuco, “o mais genuíno nativista”, na opinião do próprio Nabuco, “porque não compreende sequer a vida em outra terra, em outra natureza”. “Brasileiro de uma só peça é aquele que não pode viver na Europa”, concluía Nabuco, como que se penitenciando, pensando — quem sabe? — em tantos brasileiros notáveis *deracinés*, habituados a viver na Europa, como Rio Branco antes de atracar a sua barca de viajante no gabinete de ministro, no Palácio Itamaraty; em Oliveira Lima, no primeiro Afonso Arinos, em Eduardo Prado, europeizados, embora com as suas curas de nativismo nos engenhos de Pernambuco, nos sertões de Minas e Goiás ou na Fazenda do Brejão em São Paulo. Brasileiros de uma só peça como os viajantes de gerações posteriores, que plantaram para sempre a sua âncora em Porto Alegre, como Érico Veríssimo, ou em Natal, como Luis da Câmara Cascudo, ou na Bahia, como Jorge Amado, ou no Recife, como Gilberto Freyre.

Foi depois da viagem a Minas Gerais e sobretudo ao Nordeste e à Amazônia que se abraçou Mário de Andrade, encaramujado em São Paulo, a sua Paulicéia Desvaída, na Rua Lopes Chaves, entre os seus livros, as suas músicas, os seus santos barrocos e as suas telas de pintores modernistas, e que em toda uma vida de intensa atividade intelectual não fez uma única viagem ao estrangeiro, nem à Europa, nem aos Estados Unidos, nem sequer a Buenos Aires. Bem diverso do bruxo do modernismo é esse fabuloso Raul Bopp, autor do nosso maior poema tropicalista, *Cobra Norato*. É filho de imigrantes, como Augusto Meyer, com sangue germânico a correr nas veias. Antes de se por à vela pelos quatro cantos do mundo, Raul Bopp andou pelo Brasil de sul ao norte, libertando-se do exílio subjetivo a que se votavam os intelectuais brasileiros, tanto os da geração de Nabuco, como os da geração pré-modernista. Depois do primeiro ano de Direito em Porto Alegre, Bopp continuaria os estudos no Recife, o terceiro em Belém do Pará, o quarto em São Paulo, o quinto no Rio de Janeiro.

No Brasil da segunda metade do século XIX, só existiam faculdades de Direito em São Paulo e no Recife. Nabuco frequentou as duas. Fora educado para ser o sucessor do pai na oligarquia política. E não poderia por isso mesmo deixar de concluir o curso jurídico senão em Pernambuco, primeiro degrau para a sua eleição de deputado. O Nabuco da mocidade é, porém, um

jovem rebelado contra o jugo paterno, que não parece ajustar-se ao hierático e distante "oráculo do Senado". Ele mesmo confessa a barreira então existente entre pai e filho. No tempo do internato, o convívio era episódico, limitado às saídas mensais e às férias, prolongando-se esse afastamento durante o período de estudante do curso superior, em São Paulo ou no Recife. Guardara da clausura dos colégios uma lembrança dolorosa, a caserna infantil, onde era apenas um número, afastado de qualquer afeição, duro contraste com a vida patriarcal de Massangana. "Fica-lhe para sempre uma tal aversão da vida de internato que nunca permitirá que seus filhos a experimentem" — são palavras textuais que reproduzo da biografia admirável de Carolina Nabuco.

Sobre a vida dos internatos, a nossa literatura possui três obras primas: *O Ateneu*, de Raul Pompéia; *Doidinho*, de José Lins do Rego, e *Balão Cativo*, de Pedro Nava. Nabuco não quis escrevê-la, mas é possível que muito do seu ressentimento tenha ficado guardado nas páginas secretas, já agora, pode-se dizer, semi-secretas do seu "Diário", ainda inédito. Por pudor ou qualquer outro motivo, Nabuco procurou esquecer o outro lado da sua "escravidão da infância".

De qualquer modo, há indicações precisas de que a atitude de rebeldia e independência na mocidade, indo três vezes ao júri para defender escravos, acusados de homicídio, possui uma relação muito íntima entre a sua infância de menino prisioneiro nos internatos e de adolescente afastado da convivência familiar. Nabuco se coloca, assim, desde muito moço, mesmo à revelia paterna, como um militante da grande causa da libertação dos escravos. Ele também quer libertar-se. Para ele, a grande questão da democracia brasileira não era a monarquia, era a escravidão. Disse-o ainda estudante, num discurso no Teatro Santa Isabel. Estudante no Recife, escreve uma longa carta ao pai, concitando-o a que se converta no "Lincoln brasileiro": "Há uma glória que eu sonho para vosmecê neste país. Quero que o seu nome esteja abaixo do decreto que acabar com a escravidão. Se vosmecê for chamado ao ministério, aceite-o por dois dias para *didatorialmente* extingui-la". Na questão dos escravos, o pai não o deteria nem o corrigiria, confessa em *Minha formação*.

É, portanto, um desafio ao pai a defesa do escravo Tomás, acusado de dois crimes de morte, em que o estudante mostraria a sua garra, escandalizando liberais e conservadores, sem temer as conseqüências de seu futuro político. Uma petulância desse tamanho não poderia agradar ao pai. A história desse júri encontra-se nos manuscritos de uma obra inacabada (1869), "A Escravidão", que a família doou aos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicada na sua *Revista* em 1949, por ocasião do centenário

de nascimento de Nabuco. É a seguinte: "Havia em 1868 em Olinda um escravo chamado Tomás, forte, de boa aparência, de bom trato, e moço de 25 anos. Circunspecto, econômico, humilde, brioso, tinha ele uma reputação excelente no lugar. Educaram-no como livre e por isso adquirira esses bons instintos. Ninguém lhe falara em cativo. Trabalhava para sua senhora e para si com estímulo e consciência. Era chamado em Olinda — o Senhor Tomás. Um dia, porém, ausente ou morta a senhora, mandaram açoitá-lo. . . Na praça pública, na roda dos moradores de um lugar pequeno, onde de ordinário todos afluem a qualquer espetáculo, foi ele barbaramente amarrado e açoitado. Fez-se uma reação no caráter do escravo. De humilde tornou-se altivo; era bom, fez-se uma fera. Fugiu com um bacamarte decidido a uma cruel vingança. Suspeitava de que uma autoridade fora a causa dos açoites. . . Matou-a com um tiro à queima-roupa. Preso e processado, foi condenado à morte. Como o juiz apelasse por força da lei, foi recolhido à Detenção do Recife. Não era mais um homem, era um tigre que se tinha debaixo de ferros. Mesmo acorrentado, era terrível. Aconteceu que lhe deixassem a porta aberta, evadiu-se. Um guarda, um pobre Honorato de Bastos, quis prendê-lo na fuga e ele descarregou um golpe para trás, que feriu a Honorato na região anterior do pescoço; depois de precauções da polícia, compareceu perante o júri do Recife para responder por mais um homicídio, pois do ferimento do guarda resultou-lhe a morte".

O jovem advogado reiterou na mesma ocasião a sua decisão de "lutar corpo a corpo" contra dois "crimes sociais", a escravidão e a pena de morte. Esta a sua posição ao aceitar a causa do escravo Tomás. E diz por que: "Denunciá-los [esses dois crimes] perante o tribunal dos cidadãos, pesar sua influência na perpetração dos delitos, determinar a parte de cumplicidade dessa sociedade nos crimes dos indivíduos, é uma honrosa missão que todos podem desempenhar, sem que os que o fazem com gênio possam humilhar os que o fazem por sentimento do dever". Nesse trabalho da juventude, a escravidão é examinada com a mesma problemática que Nabuco mais tarde desenvolverá em *O Abolicionismo*, livro que não deve ser subestimado na bibliografia do autor de *Minha formação* e *Um Estadista do império*, pelo seu valor como ensaio pioneiro em nossos estudos de política e antropologia social. O jovem Nabuco libertador via na escravidão uma vergonha nacional. Em 1869, ano em que escreve aquele trabalho, que permaneceu inédito durante 80 anos, só havia escravos, na América, em Cuba e no Brasil. A campanha emancipacionista tornará Nabuco menos europeu e mais brasileiro.

Antes disso, os anos vividos na Europa haviam aprofundado em Nabuco o dandismo intelectual, o cosmopolitismo dileitante, de que se contaminou na sua febre itinerante. O entusiasmo por Renan, que o acolhera com

simpatia em Paris, o seu francesismo, começa a diluir-se com uma componente nova, igualmente europeizante, a admiração pela Inglaterra, que fortalece nele o espírito monárquico. Ainda no Brasil deixara-se impressionar pelo livro de Bagehot sobre o constitucionalismo britânico. Londres, porém, acentua o desvio desnacionalizante, tomado pelo "magnetismo da realeza, da aristocracia, da fortuna, da beleza", a ponto de pensar em trocar definitivamente, segundo suas próprias palavras, "a vida diplomática pela advocacia dos escravos". O sistema inglês, aristocrático, varreu-lhe do espírito qualquer veleidade republicana, à francesa. É nessa crise que retorna ao Brasil, em 1875, ainda confuso, imbuído de um sentimento de "vergonha" de ser brasileiro, um país de escravos, vergonha que o aflige, quando em contacto com países supercivilizados, como a França, a Inglaterra e a Itália. Que diriam de nós os europeus? "Não conheço, — observa na polêmica com José de Alencar — não há sociedade mais desprezível e mais ridícula do que essa que ele [Alencar] chamou de brasileira", quis dizer, a sociedade retratada nos romances urbanos e nas comédias. Repele no teatro alencarino certas expressões chulas e depreciativas, como "moleque" e "sinhá", que poderiam contribuir, no seu entender, para agravar ainda mais o relaxamento de costumes impostos pela escravidão. E assim investe contra o dramaturgo escravista: "Se isso não ofende o estrangeiro, como não humilha o brasileiro!" O grande romancista, que se intitula, nessa polêmica, um humilde "peão da literatura", sem braços e principalmente "sem o berço de flores arranjado pelo papai", — esquecido de que é, como Nabuco, filho de um senador do Império, — satiriza o seu interlocutor, chamando-o "cidadão do Faubourg Saint Germain", "folhetinista parisiense", alfenim, sensitiva.

Eis a réplica de Alencar: "O folhetinista nasceu com a geração coeva em um país de escravos, no seio de uma respeitável e ilustre família servida por escravos. Esses lábios purpurinos, que já não podem sem náuseas pronunciar a palavra *moleque*, moleque, talvez sugassem o leite de uma escrava, como aconteceu, não a mim, porém a muitos outros que não lhe cedem ao respeito à dignidade humana. Esses ouvidos susceptíveis, que já não podem sofrer o vocábulo *sinhá*, devem tê-lo escutado constantemente na infância, ou outro equivalente. Mas o nosso alfenim (*ai, não me toque!*) "aborrece tudo o que lembra a escravidão". Aborrece então seu país, que ainda a conserva? Aborrece sua infância, passada entre ela? Aborrece seu venerando Pai, que não se animou a propor a abolição imediata, e a si mesmo, pois deve sua educação e bem-estar ao café, ao algodão e à cana, plantados pelo braço cativo?"

Alencar era então, aos 46 anos, com as suas longas barbas de rabino, o patriarca da literatura brasileira. Exaltava o índio, como bom romântico, e deixava o negro no seu lugar, personagem secundário, como bom escravista.

Mas não era isso que provocava a fúria demolidora de Nabuco, e sim a preocupação de Alencar em ensaiar uma "falsa literatura tupi", o "dialeto martiniano", incapaz de absorver nos seus livros, — era a opinião de Nabuco — a "natureza americana". "Nós somos brasileiros, — insistia — não somos guaranis; a língua que falamos é ainda a portuguesa". Foi isso o que mais irritou Alencar nos "faniquitos do Senhor Nabuco". E deu-lhe a lição que merecia: "Este senhor não chou em *Iracema* um só traço da natureza tropical, e sua crítica cega não viu nem as praias cearenses, nem a floresta virgem, nem a cabana do pajé, nem o bosque da jurema". E mais adiante: "*Iracema* foi traduzido em inglês pelo capitão Burton, que aprecia e conhece melhor a natureza do Brasil do que o folhetinista". Ao escrever *Minha formação*, Nabuco recorda a polêmica com o grande escritor, penitenciando-se da sua pretensão e injustiça da mocidade. O jovem Nabuco, diga-se de passagem, não aceitaria o brasileiro de Alencar, do mesmo modo que na maturidade oporia restrição ao estilo retorcido de Euclides da Cunha, a ser exata a observação de que o autor de *Os Sertões* escrevia com cipó.

É certo que Nabuco só vai retomar a luta pelo abolicionismo no final da década de 1870, bem depois da ruidosa polêmica com Alencar, quando da eleição de deputado por Pernambuco, após o aprendizado na imprensa e na diplomacia. São quase dez anos em que exercita o seu diletantismo itinerante, fase de indecisões, até que se opera a transferência do seu republicanismo à francesa para a fixação monárquica à britânica, o "toque inglês", uma segunda natureza que o acompanha até a velhice prematura, mesmo quando se torna o campeão do pan-americanismo, como embaixador do Brasil nos Estados Unidos, donde o remoço de sal grosso de Oliveira Lima, segundo o qual Nabuco tinha sido em estações diversas da sua existência cosmopolita *too French, too British, too Roman*. Na verdade, queria por fim acrescentar: *too Yankee*. Nada mais injusto. Há, porém, nesse dito mordaz muito do destemperamento de Oliveira Lima, o bastante para mostrar a incompatibilidade de temperamento, um impertinente e ácido, derramado, até na bilis das suas frustrações; o outro, tímido e doce, incapaz de qualquer gesto ou palavra que pudesse magoar a um amigo, sobretudo a um amigo como Oliveira Lima, a quem tanto prezava e admirava. A última carta de Nabuco a Oliveira Lima, que interrompe uma correspondência que se ia tornando cada vez mais azeda, dá bem a medida do homem que só sabia escrever aos amigos senão para lhes ser agradável.

Em torno de personalidade tão rica de conteúdo histórico, cunharam-se, como era inevitável, uma série de estereótipos, sempre repetidos, o do Nabuco olímpico, o do Nabuco solene, o do Nabuco majestático, com o seu fraque e a sua cartola de diplomata. Mas não é possível esquecer o lado hu-

mano. Retire-se-lhe o carisma. Que deixe de ser apenas uma estátua. Nabuco foi sobretudo um ser humano, um homem de nervos e sangue, cheio de cicatrizes de uma infância reprimida (a partir dos oito anos), de uma adolescência angustiada, de uma mocidade inquieta e tumultuosa, em contraste com a edificante serenidade da idade madura. Houve quem visse Nabuco através de uma tríplice imagem: a imagem da Beleza, a imagem da Inteligência e a imagem da Bondade. Ídolo para muitos de seus contemporâneos, a tríplice imagem como que procura sintetizar as várias imagens estereotipadas de uma vida gloriosa: o Nabuco jovem liberal, maçom e anticrericai; o Nabuco republicano; o Nabuco intrépido abolicionista; o Nabuco defensor da Princesa Isabel; o Nabuco quase socialista que assustou os barões latifundiários; o Nabuco que pregou a "democratização do solo"; o Nabuco saudosista monárquico; o Nabuco historiador do Segundo Reinado; o Nabuco advogado do Brasil na questão de limites com a Guiana Britânica; o Nabuco católico; o Nabuco embaixador em Washington; o Nabuco pan-americanista.

Mas o Nabuco que nos fascina, ainda hoje, quero dizer, aos brasileiros que assistiram a duas guerras mundiais, no espaço de meio século, é o Nabuco de vastos bigodes negros e espessos, metido numa sobrecasaca inglesa ou num paletó saco, a indumentária é o que menos importa, o Nabuco do tempo em que era chamado Quincas, o Belo, nos salões elegantes, e que de repente forma ao lado de José Mariano na campanha abolicionista, a campanha dos "cachorros" contra os "leões", e passa a ser acoimado de Nhô Quim, o gaiato Quimquim, pelos jornais da imprensa gabiru, o Nabuco dos comícios de rua, que percorre a pé os bairros do Recife, os bairros dos pobres, como Afogados, e os bairros dos ricos, como o da Madalena. Sua identificação com a causa popular (e por que não dizer subversiva?) do abolicionismo foi o momento em que Nabuco mais se engrandece. É o seu "heroísmo supremo", como escreveu Graça Aranha, numa tirada à Maurice Barres, o patrioteiro Barres, que esteve sempre presente no chefe modernista do Sul, embora nascido no Maranhão, na sua doutrinação por um Brasil vertiginosamente progressista.

De fato, era compreensível que cerrassem fileiras na campanha abolicionista um Luís Gama, um André Rebouças, um José do Patrocínio. Esses grandes brasileiros de meio sangue africano não escondiam as suas origens, antes proclamavam com orgulho a condição de descendentes de escravos. Era natural que participassem do movimento pela libertação do negro. Eram "cachorros". Com relação a Nabuco, era surpreendente que um Paes Barreto, representante, portanto, da classe proprietária e aristocrática, um Nabuco de Araújo, filho do "oráculo do Senado", representante portanto da oligarquia política, um "leão", desertasse da sua casta e tomasse o partido dos "cachorros", dos párias, dos desgraçados, dos que não tinham nada a perder.

Nabuco avaliou muito bem os riscos da sua inflexível posição, que poderia custar-lhe o encerramento da sua própria carreira política. Em *O Abolicionismo*, lembrou o sacrifício do Patriarca: "Até que ponto as idéias conhecidas de José Bonifácio sobre a escravidão concorreram para fechar ao estadista que planejou e realizou a Independência a carreira política em seu próprio país, é um ponto que merece ser estudado. Talvez quem empreender esse estudo, venha a descobrir que a escravidão não teve pequena parte nesse ostracismo, como também provavelmente foi ela quem entregou os nacionalistas pernambucanos ao cadafalso". Assim ocorrera em 1817 e em 1823. Por que não se daria o mesmo em 1883 ou em 1888? 1883 é o ano do libelo de Joaquim Nabuco contra o escravismo, que no entanto prosseguiu na luta até o 13 de Maio. E, logo em seguida, extinta a escravidão, coloca-se à frente de uma nova campanha, agora, pela federação e pela monarquia popular, na defesa de medidas de proteção às classes trabalhadoras que os republicanos não ousariam encampar.

Com a mesma determinação do pai, que o havia educado para a vida pública, como seu sucessor no Senado do Império e no Conselho de Estado, o filho preparou-se para a campanha que seria o mais belo momento da sua vida. *O Abolicionismo* é um livro de estudo e reflexão, um "volume de propaganda" como o chama Nabuco, mas que é na verdade um ensaio denso e bem arquitetado sobre a situação do escravo e a necessidade de sua integração na sociedade brasileira, como proletariado, para que fosse possível organizar, com cidadãos livres, o trabalho nacional. Em resumo, era indispensável "gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo o povo". Extirpado esse foco de infecção moral permanente, o escravismo, só então o Brasil estaria preparado para as reformas sociais e políticas, tendo em vista eliminar para sempre "a exploração do homem pelo homem em todo o nosso território". O pensamento de Nabuco se afina, neste particular, no mesmo diapasão, com o de outro idealista, André Rebouças, o qual entendia que, após o 13 de Maio, era preciso "triangular" o Brasil, isto é, promover o planejamento social e econômico das várias regiões de crescimento assimétrico, para que implantasse em curto prazo em nossa pátria a "democracia rural".

Era assim que Nabuco e seus companheiros de campanha — um Rebouças, um Taunay, um Patrocínio — desejavam a monarquia popular, a da Princesa Isabel, o Terceiro Reinado, ainda que tudo isso lhes custasse, como aconteceu a Nabuco, o ostracismo político. Os artigos na imprensa e os discursos no parlamento não estão ainda reunidos de uma forma sistemática para que se possa avaliar em toda a sua extensão e intensidade a ação de Nabuco como jornalista e como orador. Jornalista, que logo se revelou após a sua formatura, com artigos do melhor quilate n' *A Reforma* (1871) e depois

do 13 de Maio, enquanto durou a seção "Campo Neutro", n'O País. O orador parlamentar é bem diverso do orador de comícios. Nabuco foi admirável na tribuna da Câmara e na praça pública. Sua voz era poderosa e alcançava toda a sala, toda a praça pública, sem que se lhe perdesse uma só palavra. É o testemunho dos contemporâneos.

O Parlamento imperial havia formado uma escola de oratória, seguindo o modo de falar da área fluminense, próxima da corte. Quando, na Assembléia Constituinte de 1823, se discutiu a proposição de Fernandes Pinheiro para a criação de uma Universidade em São Paulo ("O Tietê vale bem o Mondego de outro hemisfério"), a grita foi geral. À frente dos opositores estava Montezuma, que reclamava desde então contra a hegemonia paulista, como se a assembléia estivesse cuidando apenas de uma província ("É São Paulo pra cá, é São Paulo pra lá"). Foram sugeridas outras cidades mais apropriadas, a Bahia em primeiro lugar, para Montezuma. Falou-se em Mariana, em São Luís do Maranhão, em Olinda, na Paraíba. O paulista Antonio Carlos entendia que Olinda era superior à Bahia, por ser "o melhor clima do país", pela sua população ordeira e amável, ao contrário de Salvador, a "Babilônia do Brasil", mais do que isso "cloaca de vícios", provocando furiosos protestos de Montezuma. O futuro Cairu manifestou-se contra a instalação da universidade em Pernambuco, por ser "foco de jacobinismo".

Por fim, aceitou-se a idéia do estabelecimento de duas universidades: uma em São Paulo, outra em Olinda, mediante a intervenção apaziguadora de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e outros, o que, mais tarde, em 1827, se tornaria uma meia realidade com a instauração não de duas universidades, mas de duas academias de Direito. Durante os debates, o sábio José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairú, argumentou que, a existir uma única universidade, esta só poderia ser localizada na corte, onde já existia um número suficiente de escolas; o "casco do navio" estava pronto. Além disso, aduzia Silva Lisboa: "Uma razão mui ponderosa me ocorre demais para a preferência da universidade nesta corte, e é, para que se conserve a pureza e pronúncia da língua portuguesa, que, segundo diz Camões, "com pouca corrupção crê que é latina". Sempre em todas as nações se falou melhor o idioma nacional nas cortes. Nas províncias há dialetos, com seus particulares defeitos; o Brasil os tem em cada uma, que é quase impossível subjugar, ainda pelos mais doutos do país". De todos esses dialetos, insistia o futuro Cairu, "é reconhecido que o dialeto de São Paulo é o mais notável". E, enfrentando a onda paulista, com o peso dos três Andradas, na ofensiva, rematava: "A mocidade do Brasil, fazendo aí os seus estudos, contrairia pronúncia mui desagradável".

A questão da sede no Rio de Janeiro voltou a ser debatida na Assembléia Geral do Império quando se tratou não mais da universidade mas da criação dos cursos jurídicos, que não eram por sinal apenas jurídicos, mas também políticos e sociais. Indeciso entre São João del Rei e o Rio de Janeiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos optou pela Corte. Pareceu-lhe, então, que o problema era o da segurança de professores e alunos. Qualquer professor que no interior ousasse manifestar-se pelas garantias constitucionais era logo trazido a ferros para os presídios do Rio de Janeiro como libertino ou republicano. "Quem é que se atreverá — perguntava Vasconcelos — a explicar a nossa Constituição em qualquer de nossas Províncias? Um Presidente com a maior facilidade manda agarrar qualquer cidadão e envia-o para aqui, dizendo que é demagogo e revolucionário". Por isso, Vasconcelos não acreditava nas "Ciência do Sertão". Mas a ter de escolher-se uma cidade interiorana, esta só poderia ser em Minas Gerais. "Basta saber-se que a província de Minas só por si contém a sexta e talvez a quinta parte da população do Brasil. Ali o número de literatos é incomparavelmente maior que o da província de São Paulo. Até passa como verdade incontestada que é uma das províncias do Brasil onde melhor se fala a língua portuguesa".

Se não existiu na Corte, durante o império, nenhuma academia de Direito, o fato é que o parlamento formou escola de boa dição, de 1826 a 1889, por mais de 60 anos, sem hiatos nem atos que perturbassem a evolução natural do sistema monárquico-constitucional. Uma escola de oratória parlamentar que adotou como norma, embora não oficialmente, o falar brasileiro à moda da corte. Nabuco, que havia estudado no Colégio Pedro II, não devia ter adquirido nenhum resquício dialetal pernambucano. É o que ouvi de seu filho, o embaixador Maurício Nabuco, quando lhe propus a questão. Devia falar um "carioca federativo", como disse João Cabral de Melo Neto acerca de Manuel Bandeira, pernambucano educado no Rio de Janeiro, no mesmo Colégio Pedro II, tal como Nabuco. Grandes oradores pernambucanos, por exemplo o primeiro Barbosa Lima, não trouxeram para a Câmara dos Deputados na era republicana nenhum resíduo do falar nordestino. Falavam todos ou quase todos o "carioca federativo".

Em *Minha formação*. Nabuco se reporta à visita que fizera ao engenho de sua infância 12 anos após a morte de sua Madrinha. Tinha 20 anos. Tudo se modificara. "A usina agora fumegava e assobiava com um vapor agudo, anunciando uma vida nova. O trabalho livre tinha tomado o lugar em grande parte do trabalho escravo". Persistia, ainda, é claro, o regime servil. No entanto, pouco ou nada restava do seu "paraíso perdido". Mas aqueles trabalhadores livres, negros alforriados, brancos e mestiços, teriam melhores condições de vida? Aos 20 anos, Nabuco acreditava que sim. Que a Abolição re-

solveria tudo com a definitiva organização do trabalho e melhoraria a situação de camponeses e proletários, sem que houvesse mais, como dirá em *O Abolicionismo*, "a exploração do homem pelo homem", no campo e na cidade.

Muitos anos depois, quando Joaquim Nabuco, embaixador em Washington, esteve no Brasil pela derradeira vez para presidir à III Conferência Pan-americana, no Rio de Janeiro, em 1906, refluí ao homem glorioso de 57 anos a fixação infantil da "suave escravidão", não em seu querido Pernambuco, mas em uma antiga e decadente fazenda fluminense, em Maricá, na região onde florescera a cultura do café, terras dos ancestrais de sua mulher, os barões de Inoã. A impressão é desoladora "Como está acabado o Pilar! O campo é hoje mato, as obras ameaçam ruínas, por toda a parte o abandono, a miséria". . . O velho José Antonio Soares Ribeiro, sogro de Nabuco, agonizava. E Nabuco, com todo aquele poder proustiano de reconstituir o passado, já notado certa feita por Luis Cedro, descreve o fim do outrora poderoso "saquarema", um dos últimos abencerragens do clã de latifundiários do Império, numa das cartas à esposa: "Como consolo, o quarto está sempre cheio, são visitas contínuas, que ele tem prazer em receber; a dedicação por ele é imensa. Que bela recompensa! Não é possível imaginar um fim mais tocante, ele mesmo sente na morte a doçura dessa recompensa. Acha-se com os que amou a ponto de nunca se poder separar deles! Como te escrevi, estou assistindo no declínio à cena, que tanto me impressionou na infância, da morte, do desaparecimento de uma vida-centro, à qual muitas outras existências haviam aderido, formando colônias. E a sepultura de teu Pai na Capela da Saúde é o *pendant* fiel da de minha Madrinha na capelinha de São Mateus, em Massangana. O mesmo fim. E o amor dos antigos escravos, dos velhos escravos, da pobreza que ele socorria, como isso é igual. . . É um consolo ter-me achado aqui. Foi Deus quem me demorou no Brasil". . .

Como Massangana, o Pilar desaparecia na poeira do tempo. Em matéria de justiça social, o Brasil republicano não tivera, nem teria, condições de realizar os projetos de Nabuco e dos seus companheiros da campanha abolicionista, de resistência à propaganda republicana, dos defensores de uma monarquia popular, a da Princesa Isabel, redentora dos escravos.

BIBLIOGRAFIA

A) OBRAS DE JOAQUIM NABUCO

- 1 – NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. 4. ed. Introdução de Gilberto Freyre. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977. (Col. Dimensões do Brasil, 4). No mesmo volume: Joaquim Nabuco abolicionista e nacionalista, Graça Aranha; Nabuco privilegiado, idem; Presença física de Joaquim Nabuco, Gilberto Amado.
- 2 – ————. *Cartas e amigos*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949. 2v. (Obras completas, 13-14). Coligidas e anotadas por Carolina Nabuco.
- 3 – ————. Escravidão. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 204; 3-106, jul./set. 1949-1951. Manuscrito de JN. Oferta da Exma viúva D. Evelina Nabuco ao Instituto Histórico.
- 4 – ————. *Escriptos e discursos litterarios*. Rio de Janeiro, Liv. Garnier, 1919.
- 5 – ————. Foi volue-mysterium fidei: Introduction de Claude-Henri Freches. Aix-en-Provence, Université de Provence, Departament d'Estudes Portugaises et Brésiliennes, 1971. Texte établi par Claude-Henri et Nicole Freches.
- 6 – ————. *Minha formação*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. (Col. Documentos brasileiros, 90).
- 7 – ————. *Pensamentos soltos, Camões e assuntos americanos*. São Paulo, Instituto Progresso Ed., 1949. (Obras completas, 10).
- 8 – ————. Um estadista do Império; introdução geral. Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1975. Joaquim Nabuco e a História política do Império. Afonso Arinos de Melo Franco. Inclui bibliografia.

B) OUTROS AUTORES

- 9 – ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Estabelecimento do texto; introdução e notas de Telê Porto Ancora Lopes. São Paulo, Livraria Duas Cidades/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- 10 – ARANHA, Graça. A mocidade heróica de Joaquim Nabuco. In: — *Machado de Assis e Joaquim Nabuco*; comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Briquet, 1942. p. 221-24.
- 11 – BARBOSA, Francisco. Nacionalismo e literatura. In: — *Achados do vento*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1958. p. 13-52. (Biblioteca de Divulgação Cultural A-15).
- 12 – BRAGA, Oswaldo de Melo. *Bibliografia de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.
- 13 – CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de. Sessão de 28 de agosto. In: *ANNAES do Parlamento Brasileiro*. Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro, Typografia de H. Pinto, 1879. p. 177-8. t.4.
- 14 – CEDRO, Luis. Dona Ana Rosa. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Rio de Janeiro, 44 (699): 66-70, jan./jun., 1945. Transcrito do arquivo da Prefeitura Municipal do Recife (1 e 2): 179-89, 1943.

- 15 — COUTINHO, Afrânio. A polêmica Alencar-Nabuco. Organização e Introdução de AC. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- 16 — FERNANDES, Anibal. Nabuco, cidadão do Recife. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 204: 282-320, jul./set. 1949-1951.
- 17 — LIMA, Alceu Amoroso. *A evolução religiosa de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Publicações, (S.D.) Conferência pronunciada pelo Doutor Alceu Amoroso Lima a 5 de setembro de 1949, no salão da Biblioteca do Palácio Itamaraty.
- 18 — ————. Nabuco. In: ATHAYDE, Tristão de. *Estudos*. Rio de Janeiro, Centro D. Vital (s.d.) p. 141-52.
- 19 — MELO NETO, João Cabral de. O pernambucano Manuel Bandeira. In: — *Museu de tudo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975. 29 p.
- 20 — MEYER, Augusto. Carta aberta sobre Cabral Norato. In: — *A forma Secreta*. 2 ed. Rio de Janeiro, Grifo Edições, 1971. p. 178-82.
- 21 — ————. Gobineau e a paisagem inédita. In: — *À sombra da estante*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947. p. 163-71.
- 22 — MONTELLO, Josué. A crítica de "Os Sertões". In: *Pequeno anedotário da Academia Brasileira*. São Paulo, Martins, 1963. 59p.
- 23 — NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4. ed. rev. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- 24 — NASCENTE, Antenor. Massangana. In: DICIONÁRIO etnológico da língua portuguesa. (Nomes próprios) Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1952. Tomo 2
- 25 — RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. São Paulo, SCCT, Conselho Estadual de Cultura, 1976. (Col. Ensaio, 87) Documentação inédita.
- 26 — REBELLO, Edgardo Castro. Nabuco, jornalista e parlamentar. In: *Maná & outros Estudos*. Introdução de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1975. p. 235-9
- 27 — RIBEIRO, João. Nabuco e a República In: LEÃO, Mércio, org., *crítica: historiadores*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1961.
- 28 — SOUSA, Octavio Tarquinio de. A Constituinte de 1823 e a sua dissolução violenta. In: — *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1972. v. 6 p. 392-97.
- 29 — VERÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo; 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo, SCCT, Editora Perspectiva, 1977. (Col. História, 57).
- 30 — VIANA FILHO, Luis. *A vida de Joaquim Nabuco*. 2. ed. São Paulo, Martins, 1973.

